

Revista Brasil Energia

Nem remédio, nem veneno

Ano 29 - Nº355 - Junho de 2010

Com o novo plano decenal, o Brasil se mostra alinhado ao discurso global de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). A dose do remédio, porém, é que pode não estar adequada, segundo alguns especialistas do setor elétrico. A opção de expandir a oferta de energia com fontes renováveis é salutar, mas desprezar combustíveis fósseis importantes - como o gás natural, que o país terá em abundância com o pré-sal da Bacia de Santos - pode prejudicar a otimização do sistema hidrotérmico brasileiro.

Para o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o país não precisa mudar radicalmente os rumos da expansão da oferta, já que quase metade da matriz energética nacional hoje é composta de fonte renováveis e, por isso, praticamente não há emissão de GEE - apesar de esse número ter crescido nos últimos anos, com o aumento da geração térmica. De acordo com dados da consultoria McKinsey, a produção de energia responde por apenas 1,4% da emissão de CO2 no Brasil. No mundo, essa fatia é de 23,8%.

"Se imaginarmos uma situação absurda, na qual, em 2030, todas as luzes do Brasil forem apagadas ao mesmo tempo e não houver produção de energia, ainda assim só estaremos reduzindo em 3,2% a emissão de CO2. O causador das emissões de GEE no Brasil não é o setor energético, mas o desmatamento e o manejo das florestas", diz Sales.

Viabilidade questionada

Outra dúvida é quanto à real viabilidade do PDEE. A principal dificuldade é o licenciamento ambiental para instalar 35,2 mil MW de grandes hidrelétricas e 14,6 mil MW de PCHs, parques eólicos e térmicas a biomassa. De fato, se observados os últimos dez anos, pelo menos, há uma grande distância entre o que o governo quer e o que de fato ocorre.

"Se você faz um plano muito afastado da realidade, voltar depois para a realidade é muito complicado. Basta ver o que foi planejado nos últimos anos e qual foi o resultado dos leilões", alerta o presidente da Abraget, Xisto Vieira Filho.

Prova disso é que dos 3.565,11 MW novos que entraram em operação em 2009, quase um terço (1.111,77 MW) foi proveniente de térmicas convencionais. Outros 1.112,19 MW foram de térmicas a biomassa, seguidos por 610,9 MW de hidrelétricas, 463,32 MW de PCHs e 266,93 MW de eólicas.

"Temo que a questão energética brasileira seja tratada na superficialidade, ao sabor dos anseios da opinião pública internacional. A necessidade de complementação térmica tem de ser vista com extremo cuidado, tanto por questões econômicas como por questões energéticas", sentencia Sales.